

2 — Nos termos e para os efeitos previstos nos n.ºs 4 e 5 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, notificam-se todos os candidatos, que a lista unitária de ordenação final supra, foi por mim homologada, em 14-04-2011, nos termos do n.º 2 do artigo 36.º do mesmo diploma legal e encontra-se afixada nas instalações dos Serviços Centrais da ACT, sitas na Praça de Alvalade, n.º 1 em Lisboa, e disponibilizada, na página electrónica da ACT www.act.gov.pt.

3 — Nos termos do artigo 39.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, da homologação da presente lista pode ser interposto recurso para a Ministra do Trabalho e da Solidariedade Social, no prazo previsto no artigo 168.º do CPA.

4 — Informa-se ainda os interessados que o processo do concurso se encontra disponível para consulta, nos dias úteis das 14.30h às 16.30h na Praça de Alvalade n.º 1 em Lisboa.

26 de Abril de 2011. — O Inspector-Geral do Trabalho, *José Luís Pereira Forte*.

204626148

Casa Pia de Lisboa, I. P.

Aviso n.º 10256/2011

Na sequência do provimento de recurso tutelar interposto no âmbito do procedimento concursal publicitado pelo Aviso n.º 23350/2009, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 251, de 30 de Dezembro de 2009, e nos termos do n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83 A/2009, de 22 de Janeiro, torna-se pública a lista unitária de ordenação final dos candidatos aprovados no procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas, para ocupação de 38 postos de trabalho do mapa de pessoal da Casa Pia de Lisboa, I. P., na carreira geral de assistente técnico, para desenvolvimento de actividades na área de apoio residencial (no período nocturno), aberto pelo referido Aviso n.º 23350/2009:

Ordenação	Candidatos aprovados	Classificação final
1	Nétil da Silva Pereira Semedo	16,9
2	Joana do Ó Cardoso Santos da Conceição	16,6
3	Ana Margarida Fernandes Alexandre	16,6
4	Pedro Manuel Madeira Correia	16,6
5	Pedro Ricardo Nunes Caetano	16,3
6	Alice Maria dos Santos Cruz	16,3
7	João Lima Gomes Borges	16,3
8	Anastácio Tavares Semedo	15,1
9	Filipe Rosa Félix	15,1
10	Luis António Fraga	15,1
11	Carla Manuela de Jesus Galvão	14,8
12	José Luis Tavares	14,8
13	Maria da Conceição Pinto Pereira	14,8
14	Isabel da Conceição Pereira dos Reis Almeida	14,8
15	Magda Susana Gonçalves Vieira	14,8
16	Raquel Matias Bernardo	14,8
17	Ana Isabel Monteiro Rodrigues	14,8
18	Isabel da Cunha Cabelreira	14,7
19	Egídio José Teixeira da Costa	14,7
20	Rute Isabel Almeida Ramalho	14,7
21	Américo Francisco Tavares Correia	14,4
22	José Maria Borges Tavares	14,5
23	Fernando Jorge Cabral Mendes	14,2
24	Adilson Emanuel Vieira Varela Monteiro	13,9
25	Ines Ferreira dos Santos	13,8
26	Marisa Susana Nunes Rodrigues	13,8
27	Ana Rita Ramalho Ribeiro	13,5
28	Ana Paula Martinho	13,5
29	Marta Catarina das Neves Calado	13,5
30	Ricardo José dos Santos Antunes Coimbra	13,5
31	Rossana Filomena Cruz de Ganchas	13,5
32	Sandra Miguel Rodrigues dos Santos Marques	13,5
33	Angela da Paz Gama	13,2
34	Dila Helena Almada da Veiga	12,9
35	Francisco Manuel Cardoso Gonçalves	12,9
36	Alexandra Maria Teixeira Faro Fernandes	12,6
37	Alexandra Balczy Faria	12,3
38	Heloisia Jesus Rodrigues Garcia Rosa	12,3
39	Ana Margarida Esteves Candeias	12,3
40	Felisberto Vaz Fernandes	12,3
41	Elisangela Manuela Ramos Semedo	11,7

Ordenação	Candidatos aprovados	Classificação final
42	Ana Carina Caré Picanço	11,4
43	Ludovina Freitas da Silva	11,1

A lista unitária de ordenação final encontra-se afixada nos Serviços Centrais da Casa Pia de Lisboa, e publicitada na sua página electrónica, e nos termos do n.º 4 do artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo, a homologação produz efeitos a 23 de Agosto de 2010.

28 de Abril de 2011. — O Director de Serviços Partilhados, *Álvaro Eduardo Costa Amaral*.

204625768

Aviso n.º 10257/2011

Procedimento concursal comum, para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, tendo em vista o preenchimento de um (1) posto de trabalho da categoria e carreira geral de Técnico Superior, do mapa de pessoal da Casa Pia de Lisboa, I. P. (área de Direito).

Nos termos do disposto no artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, torna-se público que, por deliberação de 21 de Abril de 2011, do Conselho Directivo da Casa Pia de Lisboa, I. P., se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data de publicação do presente aviso no *Diário da República*, procedimento concursal comum com vista à ocupação de um (1) posto de trabalho na carreira de técnico superior, previstos no mapa de pessoal da Casa Pia de Lisboa, I. P., na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

O presente procedimento rege-se pelas disposições aplicáveis da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro (LVCR), na redacção actual, e da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, na versão decorrente da Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de Abril.

Para os efeitos do estipulado no n.º 1 do artigo 4.º e do artigo 54.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, declara-se não estarem constituídas reservas de recrutamento próprias, presumindo-se igualmente a inexistência de reservas de recrutamento constituídas pela ECCRC, porquanto não foram ainda publicitados quaisquer procedimentos nos termos dos artigos 41.º e seguintes da referida portaria.

O procedimento concursal é válido para o posto de trabalho em referência e caduca com a sua ocupação, sem prejuízo das demais causas de cessação previstas na legislação aplicável.

1 — Local de trabalho: As funções inerentes ao posto a preencher serão exercidas nos Serviços Centrais da Casa Pia de Lisboa, I. P., localizados na Avenida do Restelo, n.º 1, em Lisboa.

2 — Caracterização dos postos de trabalho: O presente procedimento destina-se à ocupação de 1 posto de trabalho para exercício de funções com grau de complexidade funcional 3, designadamente: funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica, nas áreas de actuação comuns, instrumentais e operativas dos Serviços Centrais com vista à fundamentação e preparação da decisão.

3 — Requisitos gerais: Nos termos do artigo 8.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, poderão candidatar-se ao presente procedimento concursal os indivíduos que, até ao termo do prazo de entrega das candidaturas fixado no presente aviso, reúnam cumulativamente os seguintes requisitos:

- Ter nacionalidade portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial;
- Ter 18 anos de idade completos;
- Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;
- Possuir robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções a que se candidata;
- Ter cumprido as leis de vacinação obrigatória.

4 — Requisitos específicos: Os candidatos deverão ser titulares de licenciatura em Direito, não sendo possível a substituição do nível habilitacional por formação ou experiência profissional.

4.1 — Formação profissional: será valorizada a evidência de inscrição em vigor na Ordem dos Advogados.

4.2 — Experiência profissional: será valorizada a experiência profissional na elaboração de pareceres jurídicos, especialmente na área da infância e juventude, e patrocínio judiciário nos foros cível, penal e administrativo, no âmbito das competências do Gabinete de Assuntos